

E-book

GUIA PARA UM PROJETO DE PESQUISA DE SUCESSO

idp

APRESENTAÇÃO

Preparamos esse e-book para que você conheça melhor como funciona o processo seletivo para os cursos do programa de pós-graduação *stricto sensu* em Direito do IDP. Aqui, explicamos as diferenças entre o Mestrado e o Doutorado, o que constitui cada um deles e quais são as etapas que você precisa seguir para ser aprovado/a!

O destaque deste material são as dicas para a construção de um bom projeto de pesquisa e de preparação para a entrevista com a banca avaliadora. Nosso objetivo é que você saiba as expectativas do IDP em relação aos/as candidatos/as e consiga se organizar da melhor forma possível.

Esperamos que as informações aqui listadas sejam capazes de te auxiliar ao longo de todo o processo e colocamo-nos, desde já, à disposição para auxiliá-lo/a com questões não abordadas neste livro.

Boa sorte!

Assessoria Acadêmica
Programa de Pós-Graduação
Stricto Sensu em Direito

Índice

1. O que é um Mestrado e um Doutorado	4
2. O que são Dissertações e Teses	9
3. Como fazer um bom projeto para um Processo Seletivo	11
4. Apresente bem seu projeto	20
5. Dicas de Redação	21
6. Dicas de entrevista	23

1.

O QUE É UM MESTRADO E UM DOUTORADO

O Mestrado é um curso que visa a fortalecer e expandir o conhecimento adquirido durante o período de graduação e especialização, além de possibilitar que o educando adentre de forma mais profunda o campo da pesquisa, promovendo a reflexão teórica e técnica de qualidade.

O Doutorado é um curso direcionado aos/às alunos/as que já possuem Mestrado e querem atingir o nível mais alto da titulação acadêmica, de modo que possam dedicar-se por mais tempo e com maior intensidade ao desenvolvimento do seu campo de pesquisa

Ambos são cursos de pós-graduação *stricto sensu*, espaços não só destinados ao aprendizado, mas principalmente à pesquisa independente e crítica. Indo muito além de uma especialização, buscam formar também professores/as, pesquisadores/as e profissionais que integrarão a comunidade científica. Ao ser aceito/a em algum deles, você não irá apenas “assistir a aulas” e realizar avaliações, mas deverá estudar, compartilhar, discutir, experimentar e, principalmente, produzir conhecimento.

Por isso, tanto o Doutorado quanto o Mestrado são uma preparação para carreiras acadêmicas, nas quais é importante gerir com seriedade os saberes produzidos, seguindo critérios de ética de pesquisa, comprometimento com os dados e transparência metodológica, visando sempre a contribuir para o progresso da ciência jurídica.

Se você quer conhecer mais sobre outros programas de Mestrado e Doutorado em Direito, e ainda sobre como funciona a organização destes cursos, acesse o [Site da área do Direito na Capes](#). O site traz os documentos da área e as principais informações para a avaliação dos cursos.



1.2. QUAIS OS DIFERENCIAIS DE SER MESTRE E DOUTOR

A conclusão de um curso de pós-graduação *stricto sensu* significa a obtenção de uma titulação acadêmica que abre as portas para quem deseja lecionar e conduzir pesquisas independentes.

No caso de alguém que se torna Mestre, poderá lecionar em cursos de graduação e pós-graduação *lato sensu*, assim como se candidatar a cursos de Doutorado. Posteriormente, ao receber o título de Doutor/a, a pessoa acessa os mesmos espaços, mas amplia seu alcance dentro do mundo acadêmico, sendo capaz de se vincular como professor/a aos programas de pós-graduação *stricto sensu*, publicar em revistas científicas de alto estrato de forma independente e realizar pós-doutorados em instituições de ensino nacionais e internacionais.

Em ambos os casos, também cumpre salientar o destaque que a conclusão dos cursos representa no mercado de trabalho, tendo em vista que aquele/a que se torna Mestre ou Doutor/a em uma determinada área do conhecimento se torna referência especializada no tema. Sendo assim, são o caminho certo para profissionais que desejam impactar o mundo, transformar os entendimentos jurídicos e fortalecer suas redes de contato.



1.3. QUAL O CENÁRIO DO MERCADO ACADÊMICO EM DIREITO NO BRASIL

A Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), fundação pública vinculada ao Ministério da Educação (MEC), busca a expansão e consolidação dos Mestrados e Doutorados Brasileiros. Para isso, a instituição estabelece uma série de critérios de funcionamento e de qualidade a serem seguidos pelos programas.

Sendo assim, os programas de pós-graduação *stricto sensu* são regulados de forma bastante minudente pelo Estado, o que eleva as exigências feitas a alunos/as e professores/as, mas também favorece um ambiente de transparência e produtividade de conhecimento.

Atualmente, existem [171 cursos de pós-graduação stricto sensu em Direito](#) reconhecidos pelo MEC, vinculados a universidades públicas e particulares de todo o território nacional. Considerando as amplas possibilidades de estudo, representadas pelos diversos cursos existentes, é importante ressaltar que o IDP está comprometido com a melhoria na avaliação dos seus programas, por isso, segue um conjunto de diretrizes baseadas nas recomendações da CAPES¹. Tais diretrizes são importantes tanto para a instituição que eleva cada vez mais sua qualidade educacional quanto para o aluno, que eleva seu conhecimento acadêmico podendo assim aspirar a novos desafios tanto profissionais quanto acadêmicos.

¹ São elas: Identidade do Programa; Produção Intelectual; Internacionalização; Pesquisa e Impacto Social. Para mais informações acesse aqui!

Conheça os cursos de Pós-Graduação Stricto Sensu do IDP:



**MESTRADO
ACADÊMICO
EM DIREITO**



**MESTRADO
PROFISSIONAL
EM DIREITO**



**DOUTORADO
EM DIREITO**

2.

O QUE SÃO DISSERTAÇÕES E TESES

A dissertação é o trabalho final produzido no Mestrado e consiste em trabalho monográfico no qual o aluno deve revelar domínio do tema escolhido, habilidades argumentativa e crítico-reflexiva, além de capacidade de pesquisa e sistematização de dados. Deve ser um trabalho individual, inédito e que demonstre, por parte do mestrando, domínio acerca do problema de pesquisa escolhido.

Nos Mestrados Acadêmicos, seu trabalho deverá explorar uma temática jurídica atual, e poderá ter um foco mais teórico e bibliográfico. Você pode discutir novas teses do direito, conflitos entre princípios, estudar casos complexos e ainda realizar pesquisas empíricas de abrangência.

Já no caso de um Mestrado Profissional, existe um compromisso maior com a funcionalidade e a aplicabilidade do conhecimento produzido. Isso significa que o trabalho final executado deverá pensar como resolver problemas concretos do cotidiano do mundo jurídico, buscando a intervenção crítica na realidade, o desenvolvimento de soluções e tecnologias, bem como a qualificação de outros profissionais.

No IDP, além destas características, você pode diferenciar melhor nossos cursos através das áreas de interesse:

METRADO PROFISSIONAL EM DIREITO	PPGD
DIREITO ADMINISTRATIVO CONTEMPORÂNEO: ESTADO E MERCADO	DIREITO DO ESTADO, DIREITOS FUNDAMENTAIS E TEORIA DO DIREITO
DIREITO DA EMPRESA, DOS NEGÓCIOS E DO CONSUMO	DIREITO PRIVADO E PROCESSUAL NA ORDEM CONSTITUCIONAL
DIREITO PENAL ECONÔMICO, COMBATE À CORRUPÇÃO E COMPLIANCE	ORDEM ECONÔMICA E SOCIAL, DESENVOLVIMENTO E INOVAÇÃO
DIREITO TRIBUTÁRIO E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO	TUTELA PENAL E DIREITO SANCIONADOR NO ESTADO DEMOCRÁTICO DE DIREITO

Uma tese de Doutorado, por sua vez, tem por objetivo o estudo de um tema específico, a partir de pesquisa metodologicamente estruturada e de forma mais aprofundada. Além da extensão, inovação e originalidade são elementos cruciais da investigação.

3.

COMO FAZER UM BOM PROJETO PARA UM PROCESSO SELETIVO

Em linhas gerais, o projeto de pesquisa é o seu guia dentro de um programa de pós-graduação *stricto sensu*. A partir dele, você será capaz de definir aquilo que deseja pesquisar durante o tempo em que estiver inserido/a na vida acadêmica e conseguirá escolher as disciplinas, eventos e orientação que mais se adequam ao seu planejamento.

Sendo assim, preze a objetividade, estrutura e fundamentação do seu texto, cuidando para que sejam incorporados os seguintes elementos: tema, problema de pesquisa, pergunta ou hipótese de pesquisa, justificativa, objetivos, metodologia e marco teórico. Esse é o “esqueleto” básico do projeto, que permitirá a você – e aos professores e professoras responsáveis pela avaliação – pensar sobre seu trabalho final e sobre a sua contribuição para o programa e para a área de estudo explorada.

3 DICAS:

Antes de mais nada, tenha em mente que o projeto deve ser construído com base no limite de tempo que você terá para concluí-lo, sendo 02 (dois) anos para o Mestrado e 03 (três) anos para o Doutorado².

Saber o que você quer e consegue fazer neste período irá te ajudar a criar um projeto mais objetivo, assim como ter mais sucesso e satisfação ao longo do seu curso!

3.1. DEFINA DE FORMA SIMPLES E ESTRATÉGICA O TEMA E O PROBLEMA DE PESQUISA

Ao longo de sua trajetória profissional e/ou acadêmica, é provável que você entre em contato com diferentes áreas do conhecimento, resolva problemas diversos, atue em processos judiciais com nuances antagônicas e adote posicionamentos específicos em relação a debates do mundo jurídico. Durante esse percurso, você encontrará aqueles temas com os quais possui mais afinidade – seja por questões objetivas ou subjetivas – e, em seguida, direcionará seus estudos dentro de um **recorte temático específico**.

² Aqui, tomando como referência o programa de pós-graduação *Stricto Sensu* do IDP.

Um exemplo: alguém que ingressa na Graduação em Direito, se interessa pela área do Direito Público, aprofunda seus estudos em Direito Constitucional, inicia pesquisas relacionadas a direitos fundamentais e, ao concluir o curso, redige sua monografia com foco no tema da liberdade de expressão. Há uma série de fatores que podem influenciar estas escolhas, não obstante, nos importa notar como a determinação de um campo específico é essencial para a produção de um trabalho.

Do mesmo modo, é importante lembrar que as pesquisas acadêmicas são movidas por inquietações dos investigadores em relação a determinado tema. **Dessas inquietações nascem os problemas de pesquisa** – geralmente formulados a partir de uma pergunta, de uma interrogação. É essa dúvida que se pretende responder ou resolver ao final da dissertação ou da tese, com amparo nos referenciais teóricos e metodologia eleitos. Assim sendo, não basta que o problema seja apenas identificado. Antes, para o desenvolvimento eficaz de

uma pesquisa, **é necessário dar contornos à inquietação**, delimitá-la, defini-la, especificá-la. Problemas demasiado amplos ou complexos carecem de exequibilidade, inviabilizando a consecução da pesquisa.

Para muitas pessoas que estão ingressando no mundo acadêmico, uma das principais dificuldades é justamente essa delimitação. Neste momento, uma boa dica é: **conheça os possíveis orientadores do Programa em que você quer ser aluno!**

Após recortar seu tema, identifique quais professores ou professoras do programa atuam no mesmo campo que você e observe, em seus Currículos Lattes, suas produções mais recentes sobre o assunto. Assim, você terá uma noção de quais pesquisas estão sendo (ou já foram) produzidas, tornando mais fácil a escolha de um problema que não esteja ultrapassado e que faça parte da agenda de pesquisa de algum docente do programa – potencialmente, seu futuro orientador ou orientadora.

Ainda em relação a produções finalizadas, é interessante que você **navegue pelo banco de dissertações e teses** do programa escolhido, como forma de identificar os temas e problemas tratados, quais são foram os professores e professoras responsáveis pela orientação dos trabalhos e como seu projeto de pesquisa pode contribuir para o avanço das discussões em curso. Também é uma ótima forma para não escolher um tema que já foi abordado por outro aluno do programa.



CLIQUE AQUI E
ACESSE O NOSSO
REPOSITÓRIO

3.2. UM PROJETO DEVE SER: VIÁVEL, ATUAL E ORGANIZADO

Em seguida, é essencial que você **demonstre a relevância da sua pesquisa** para o mundo jurídico e social, de forma teórica e prática. O campo adequado para fazer isso é na justificativa do seu projeto; neste espaço, é crucial explicitar, por exemplo, a atualidade do tema e as contribuições acadêmica e profissional que a pesquisa traz para a sociedade. Tenha sempre em mente que, ainda que sua

produção seja desenvolvida dentro do espaço acadêmico, uma das principais diretrizes de uma instituição de ensino é que sua produção de conhecimento possa contribuir, de alguma forma, com a dinâmica social atual.

Feito isto, será necessário que você **defina os objetivos da sua pesquisa**. Os objetivos costumam ser subdivididos em geral e específicos. O objetivo geral corresponde ao que se pretende alcançar com o trabalho proposto. Trata-se, de certa forma, daquele intuito mais amplo a que se destina a dissertação ou tese. Muitas vezes, o objetivo geral será responder a pergunta de pesquisa elaborada pelo(a) pesquisador(a).

Se, de um lado, a pesquisa comporta um único objetivo geral, os específicos podem ser múltiplos, já que se destinam a descrever os passos a serem tomados, em sequência, para a concretização do objetivo geral. Os objetivos específicos não devem, no entanto, ser

muitos. Entende-se que três ou quatro compõem um bom número de objetivos específicos para uma dissertação, por exemplo. Aumentar esse número significa ampliar a pesquisa, o que deve ser visto com ressalvas, uma vez que o tempo do programa pode ser bastante limitado.

Elaborar bem os objetivos geral e específicos do seu projeto irá ajudar a banca examinadora a compreender o caminho que você quer realizar ao longo da pesquisa, demonstrando que a sua proposta foi refletida e é organizada.

Por fim, ainda sobre a viabilidade do seu projeto, **defina uma metodologia de pesquisa**. Pesquisas acadêmicas devem ser levadas a cabo seguindo necessariamente uma metodologia a partir da qual os dados colhidos serão tratados e analisados. Por se tratar de parte crucial do desenvolvimento da dissertação ou da tese, você deve explicitar previamente que tipo de dados

serão levantados, quais os instrumentos, os procedimentos por meio dos quais pretende levantá-los, que caminho pretende trilhar e que ferramenta utilizará para tanto.

Em dúvida sobre a metodologia? Leia um pouco sobre os caminhos possíveis sobre o seu tema:

- Para uma boa pesquisa jurídica, o texto do Prof. João Maurício Adeodato pode te ajudar: <https://revistacej.cjf.jus.br/revcej/article/view/190>
- Pensando em ir além da pesquisa bibliográfica? Este texto das professoras Priscila Tinelli Pinheiro e Gilsilene Passon P. Francischetto irá te ajudar nisso: <https://periodicos.unicesumar.edu.br/index.php/revjuridica/article/view/6927>
- Quer conhecer métodos de pesquisa inovadores e empíricos no Direito, acesse a coletânea da Rede de Pesquisa Empírica em Direito (REED) organizada pela Profa. Maíra Rocha Machado e saiba mais sobre Jurimetria, Entrevistas, Observação de audiências e outros métodos interessantes. <http://reedpesquisa.org/wp-content/uploads/2019/04/MACHADO-Mai%CC%81ra-org.-Pesquisar-empiricamente-o-direito.pdf>

3.3. ENCONTRE E UTILIZE BOAS OBRAS

Durante a construção do seu projeto, é necessário consultar produções intelectuais sobre o tema escolhido, a fim de garantir que sua proposta esteja atualizada em relação aos debates mais recentes e represente algum nível de intersubjetividade. Normalmente, esse aporte teórico é polido ao longo da carreira acadêmica ou profissional e vai influenciar a forma como você enxerga seu tema e seu campo de estudo. Essas nuances serão identificadas a partir do seu **marco teórico**.

Primeiramente, é importante destacar que esse elemento não se confunde com a bibliografia utilizada ao longo da dissertação ou tese. O/A pesquisador/a, de pronto, deve contextualizar o seu trabalho na área do conhecimento proposta por meio de diálogos com o

conhecimento previamente produzido, também conhecido como “estado da arte”. Assim o faz através de levantamento da literatura pertinente ao tema e objeto de pesquisa, ou seja, através de uma revisão, de um apanhado da base teórica que dá aporte à proposta de pesquisa.

Importante ressaltar que as fontes de pesquisa para eleição do marco teórico devem ser confiáveis. Deve-se, para tanto, lançar mão notadamente de livros e de artigos científicos publicados em revistas conceituadas, sejam elas físicas ou virtuais. Fontes como artigos de opinião publicados em sítios eletrônicos jurídicos devem ser preteridas. Confira, a seguir, algumas bases de consulta próprias para essa tarefa:

A.

base de dados unificada para periódicos de pesquisa brasileiros, de acesso livre. *base de dados unificada para periódicos nacionais e internacionais. Acesso livre.*

Aqui, cumpre ressaltar que a CAPES avalia as revistas científicas brasileiras a partir de alguns critérios importantes para a comunidade científica, como revisão dos artigos por outros pesquisadores (revisão por pares), periodicidade e presença de autores/as internacio-

nais. A partir desses critérios, os periódicos são estratificados em mais (A1) e menos bem avaliados (C); esse é um importante indicativo da qualidade do artigo e de seu impacto na comunidade científica.

Para conferir as revistas brasileiras (busca por periódico) e artigos específicos (busca por assunto), acesse o [Portal de Periódicos da Capes](#).

Para acessar o Qualis Capes vigente, clique [aqui](#).*

B.

Portal de Periódicos Jurídicos do IDP: *base de dados com os acervos dos periódicos institucionais. Acesso parcialmente livre.*

Reunimos [neste portal](#) todos os periódicos jurídicos vinculados ao IDP. Aqui, destacamos a Revista Direito Público, periódico oficial do Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em Direito Constitucional do IDP. Trata-se de revista estratificada pela Capes com Qualis A1 e que reúne artigos que se conectam às duas principais linhas de pesquisa do programa: Processo e Jurisdição Constitucional e Direitos e Garantias Fundamentais.

*É provável que, em 2020, os periódicos mudem de classificação, tendo em vista a nova avaliação em vigor.

C.

SciELO: *base de dados unificada para periódicos nacionais e internacionais (com destaque para produções da América Latina). Acesso livre.*

Por meio [desta plataforma](#), é possível localizar artigos de inúmeros periódicos

em um só lugar. Utilizando-se da ferramenta de busca avançada, você pode filtrar sua busca por país, periódico, idioma, ano de publicação etc., facilitando, assim, a delimitação daquilo que é relevante para a construção do seu projeto.

D.

Catálogo de Teses e Dissertações da CAPES: *base de dados unificada para dissertações e teses produzidas no Brasil.*

[No Catálogo de Teses e Dissertações da CAPES](#) estão disponíveis milhares de teses e dissertações sobre os mais variados temas, cadastradas pelos próprios programas de pós-graduação de todo o território nacional. Além disso, o [Prêmio Capes](#) seleciona, anualmente, as melhores teses e dissertações de cada área.

Também é importante acessar os bancos de teses e dissertações das grandes universidades brasileiras públicas e particulares, como da [USP](#), [UnB](#) e do próprio [IDP](#).

4.

APRESENTE BEM SEU PROJETO

Sempre siga as orientações estabelecidas pelo edital! É normal que as instituições de ensino priorizem uma ou outra estrutura de projeto, portanto, fique atento/a aos requisitos listados no instrumento de convocação. No caso do IDP, em específico, todos os editais indicam um modelo específico de projeto, que pode variar de acordo com o curso para o qual você está se candidatando. Sendo assim, a fim de evitar que o documento esteja fora dos padrões exigidos, construa o texto em cima do *template* disponibilizado no processo seletivo que você quer concorrer.

5.

DICAS DE REDAÇÃO

Priorize uma linguagem **clara, objetiva e simples, que facilite a leitura**. Por isso, sugerimos que sejam evitados jargões profissionais e jurídicos, ou expressões que são pouco utilizadas na linguagem coloquial, como, por exemplo, vocábulos em latim e os termos “nesse diapasão”; “destarte”; “data máxima vênia”; “é lícito afirmar”; “outrossim”; “jactância”; “preclara”; “hodierna”, “entrementes” etc.

Pronomes de tratamento ou objetivação de autores, como “douto doutrinador”; “ilustríssimo senhor magistrado”; “reverenciado autor”, não devem ser utilizados em hipótese nenhuma.

O texto não deve ser organizado inteiramente em tópicos fragmentados e frases isoladas sem parágrafos, como é usual em petições jurídicas. **O uso de**

tópicos, para além da estrutura tradicional de capítulos, **é pontual** e os parágrafos devem ser coesos, abordando uma ideia com início, meio e fim.

Sugerimos a “regra do 3” para avaliar se um parágrafo está muito grande, o que cansa e confunde a leitura, ou muito curto, o que produz uma sensação de ruptura e falta de encadeamento nas ideias. **Por essa regra, cada parágrafo deve ter, em média, 3 frases com 3 linhas. Esse não é um critério ortodoxo, mas auxilia na revisão de textos.**

Um texto acadêmico deve refletir as características próprias da linguagem científica. Tendo em vista que a ciência **é um espaço de dúvidas**, disputas e interpretação de dados, termos absolutos como “sempre”; “nunca”; “ine-

gável”; “evidentemente”; ou ainda “não restam dúvidas que...”; “fortemente”; “é incontestável”, são inadequados.

Também evite fazer juízos de valor e críticas pessoais. A ciência é um discurso que se apoia em dados e métodos. Informe sempre os dados que embasam suas teses e, se for o caso, opiniões, deixando claro para a banca se estiver trazendo uma impressão pessoal para o texto. Assim, escreva: “Na minha opinião”; “Penso que”; “No meu ponto de vista”; evidenciando os momentos em que você deixa a postura de pesquisador/a e assume um juízo crítico individual.

Ademais, não esqueça de respeitar as políticas de fonte e de dados:

- Não utilize dados sigilosos sem autorização;
- Coloque a fonte de todas as citações – diretas e indiretas –, figuras, tabelas e dados.

Ao final do processo de escrita faça uma revisão de ortografia, concordância, gramática, linguagem utilizada e configuração conforme definido pelo edital.

6.

DICAS DE ENTREVISTA

A entrevista é o momento em que você tem a oportunidade de apresentar seu projeto de pesquisa à banca avaliadora e explicar melhor sua trajetória e interesse no programa. Enquanto o projeto integra uma etapa mais técnica do processo seletivo, a entrevista serve para aprofundar questões que não ficaram evidentes a partir da leitura do documento submetido e para que você possa defender sua qualificação e compatibilidade com o curso escolhido.

6.1. CONHEÇA SEU PROJETO!

A primeira e principal dica é que você domine o seu projeto de pesquisa e saiba explicar, no mínimo, seu tema e sua problemática. A partir dessas informações, a banca avaliadora será capaz de aferir sua proximidade com o campo de estudo escolhido e, principalmente, como você pretende inovar em relação às produções já realizadas na área. Tenha sempre em mente que, independentemente de estar se candidatando para um programa de Mestrado Acadêmico, Doutorado Acadêmico ou Mestrado Profissional, uma das principais expectativas da instituição de ensino é que você seja capaz de entregar uma produção intelectual de relevo ao concluir o programa – e isto é medido, inicialmente, pelo projeto de pesquisa apresentado durante o processo seletivo.

6.2. COMO VOCÊ CHEGOU ATÉ AQUI?

Saiba explicar como suas trajetórias acadêmica e/ou profissional se relacionam com o seu projeto de pesquisa e, ainda, como este último se relaciona com o programa de pós-graduação escolhido. A banca avaliadora está preocupada em saber se os recursos materiais e imateriais – aqui, com destaque para as linhas de pesquisa e bagagem intelectual do corpo docente – do programa são capazes de te auxiliar na conclusão de sua pesquisa; sendo assim, é importante que fique evidente a compatibilidade entre sua proposta e a oferta do programa escolhido. Ainda em relação a este tópico, uma dica muito importante é que você leia e domine as informações disponíveis sobre o programa que demonstrem a referida compatibilidade (principalmente, sobre os/as professores/as que pesquisam temas correlatos, os grupos de pesquisa ativos e as últimas produções do corpo de egressos).

6.3. EXERCITE SUA ESCUTA!

É necessário que você demonstre habilidade para lidar com críticas construtivas e saiba incorporá-las ao seu projeto, quando pertinentes. Ainda que você já pesquise sobre o tema proposto há bastante tempo, lembre-se de que o ambiente acadêmico é um espaço de constantes debates e que a banca avaliadora pode

apresentar abordagens e perspectivas diferentes daquelas incluídas em seu projeto. Ao provar que você sabe escutar ideias novas, é provável que a banca te identifique como alguém capaz de transitar bem dentro do programa.

6.4. PREPARE-SE E SEJA PONTUAL!

Por fim, preste bastante atenção ao horário da sua entrevista, esteja pronto/a com antecedência e, no caso de entrevistas online, cheque sua conexão e o funcionamento regular do seu canal de comunicação com a banca (e.g. plataforma, câmera e microfone). Lembre-se de que outras pessoas também farão entrevistas no mesmo dia que você, portanto, sua pontualidade é crucial para que as avaliações corram como previsto!



A ESCOLHA QUE
TRANSFORMA
O SEU CONHECIMENTO

posgraduacao.idp.edu.br

SGAS Quadra 607 Módulo 49, Via L2 Sul
Brasília-DF | CEP: 70200-670

  SejaIDP  (61) 3535-6565  (61) 99853-8698